



Organização
Internacional
do Trabalho



Social Protection
& Public Finance Management



Funded by the
European Union

**“Mecanismos alternativos de pagamentos das prestações sociais”
Produto 3. Relatório final com as recomendações sobre a solução alternativa para o
pagamento de prestações sociais**

José Agnelo Cabral Sanches - Consultor

Dezembro de 2021

Conteúdo

Siglas e Abreviaturas.....	4
1. Introdução e enquadramento concetual do estudo	5
1.1. Enquadramento concetual do estudo	7
2.1.1. Instrumentos de pagamento das prestações sociais	7
2. Objetivos	9
3. Atividades da consultoria.....	9
4. Contexto país e quadro setorial institucional	10
5. A avaliação dos atuais meios de pagamento de prestações sociais e identificação e de mecanismos alternativos disponíveis no país	15
5.1. O quadro institucional dos atuais mecanismos de pagamento das prestações sociais	15
5.1.1. <i>Entidade gestora</i>	18
5.1.2. <i>Instituições de prestação de serviços</i>	19
5.1.3. <i>Camaras Municipais e outros parceiros</i>	24
6. Inquérito aos beneficiários de prestações sociais e preferência quanto ao meio mais adequado para o recebimento de prestações sociais	24
7.1. Sistema de Pagamentos Cabo-Verdiano.....	28
6.2. Os mecanismos alternativos e outros disponíveis para o pagamento de prestações sociais disponíveis no mercado.....	34
6.3. Propostas e protocolo de mecanismos alternativos de pagamento de prestações sociais apresentados.....	37
6.3.1. <i>Desenvolvimento cartão vinti4 pré-pago CNPS com a CECV</i>	37
6.3.2. <i>ECOBANK- proposta de serviços bancários Centro Nacional de Pensões Sociais - CNPS Praia – Santiago Cabo Verde Setembro, 2020</i>	38
6.3.3. <i>Proposta de serviços de pagamento de pensões na rede Wari; A Wari é uma plataforma digital de serviços financeiros e não financeiros dirigidos ao grande público.</i> .	39
6.3.4. <i>MAKEBA Serviço de Pagamento</i>	39
6.3.5. <i>Síntese das condições contratuais e propostas</i>	40
6.4. Apresentação das vantagens e desvantagens das atuais formas de pagamento de prestações sociais e das soluções alternativas,.....	43
7. Considerações e recomendações sobre a(s) solução(ções) alternativa(s) para pagamento de prestações sociais que deve(m) ser adotada(s) pela entidade gestora.....	46
8. Anexos	51
9.1. Lista dos principais projetos e contatos:	51
9.2. Documentos de referência.....	51

Índice de Tabelas

Tabela 1: Valor Total incluindo despesas	21
Tabela 2: pagamento das pensões sociais do mês de outubro 2021	24
Tabela 3: inqueritos a beneficiários das pensões sociais	26
Tabela 4: Inqueritos a beneficiários de RSI	26
Tabela 5: avaliação dos atuais meios de pagamento de prestações sociais.....	40
Tabela 6: Identificação e dos mecanismos alternativos de pagamento propostos no país.....	41
Tabela 7: Avaliação de mecanismos de de pagamentos na perspectiva dos beneficiários.....	41
Tabela 8: Matriz de avaliação das formas de pagamento.....	44

Índice de Figuras

Figura 1: Estrutura da economia de Cabo Verde no segundo trimestre de 2021	11
Figura 2: Evolução de indicadores selecionados 2010-2019	12
Figura 3: distribuição de pensionistas por concelhos, outubro 2021	20

Siglas e Abreviaturas

ATM	<i>Automated Teller Machine</i>
BAICV	Banco Angolano de Investimento, Cabo Verde
BCA	Banco Comercial do Atlântico
BCN	Banco Caboverdiano de Negócio
BCV	Banco de Cabo verde
BIS	<i>Bank for International Settlements</i>
CCV	Correios de Cabo Verde
CECV	Caixa Economica de Cabo Verde
CIC	Central de Incidentes Cheques
CNPS	Centro Nacional de Prestações Sociais
CSU	Cadastro Social Único
IEFP	Instituto do Emprego e Formação Profissional
IMF	Infraestruturas de Mercado Financeiro
INE	Instituto Nacional de Estatísticas
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
ISPA	<i>Interagency Social Protection Assessment</i>
MFIS	Ministério da Família e Inclusão Social
MORABI	Associação de Apoio à Auto-Promoção da Mulher no Desenvolvimento
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milénio
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMCV	Organização das Mulheres de Cabo Verde
ONU	Organização das Nações Unidas
PEDS	Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPS	Pagamentos das Prestações Sociais
RSI	Rendimento Social de Inclusão
SGDL	Sistema de Gestão de Depósitos e Liquidação
SICIL	Sistema Integrado de Compensação Interbancária e Liquidação
SICIL	Sistema Integrado de Compensação Interbancária e Liquidação
SIGMA	Sistema de Gestão de Mercados e Ativos
SISP	Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamento
SPC	Sistema de Pagamentos Cabo-Verdiano
SPCV	Sistema de Pagamentos Cabo-Verdiano
SPPS	Sistemas Pagamentos das Prestações Sociais
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

1. Introdução e enquadramento concetual do estudo

A nota justificativa dos Termos de Referência para a consultoria sintetiza o seguinte enquadramento:

- A criação do **Centro Nacional de Prestações Sociais (CNPS)** em 2006, com a missão a gestão integrada e autónoma das prestações sociais ao nível da rede de segurança, nomeadamente a pensão social, o rendimento social de inclusão e as evacuações e que se encontra sob a superintendência do Ministério da Família, Inclusão e Desenvolvimento Social.
- O CNPS, na qualidade de entidade gestora, faz a gestão de prestações sociais de natureza pecuniária, tal como a pensão social, o rendimento social de inclusão, a pensão concedida aos membros das comunidades emigradas em situação de vulnerabilidade e o subsídio diário pago aos doentes evacuados em tratamento médico em Portugal.
- A pensão social é uma prestação pecuniária do regime não contributivo que, conforme o disposto na Lei nº 38/VIII/2013, de 7 agosto, destina-se aos cidadãos residentes em Cabo Verde, pertencentes a agregados familiares com rendimento anual inferior ao limiar da pobreza extrema (estabelecido pelo INE), desprovidos da cobertura de quaisquer regimes de segurança social, nacional ou estrangeiro, e desde que preencham os demais requisitos específicos exigidos para se aceder às três categorias da pensão social existentes: a pensão social básica, a pensão social por invalidez e a pensão social de sobrevivência. Aos beneficiários da pensão social é pago o valor de 6.000\$00 mensal, sujeito a um desconto de 2% como contribuição para o Fundo Mutualista. A pensão social é paga através dos Correios, desde a sua criação, e por via bancária, desde novembro de 2019.
- O pagamento da pensão social sempre foi através dos Correios que têm agências em todos os concelhos do país e nos concelhos rurais fazem o pagamento nas zonas, em parceria com as câmaras municipais.

- Tendo em conta a orientação do Governo no sentido da bancarização dos beneficiários de prestações sociais, a partir de novembro de 2019 o CNPS passou o pagamento da pensão social por via bancária aos pensionistas com conta bancária e procurou acelerar este processo de bancarização dos pensionistas, em parceria com a Caixa Económica de Cabo Verde. Apoiar os pensionistas na abertura de conta bancária.
- A definição do Rendimento Social de Inclusão (RSI) instituído e regulamentado através do Decreto-Lei nº 41/2020, de 2 de abril, a assinatura de um protocolo com a MAKEBA para o pagamento de beneficiários do RSI através de telemóveis, como um meio alternativo de pagamento de prestações sociais.
- O documento do Banco Mundial, “*Payments delivery of non-contributory cash transfers in Cabo Verde*, elaborado em 2018, o utilizando a ferramenta para estudar as modalidades de pagamento do *Interagency Social Protection Assessment (ISPA)* (www.ispatools.org/payments) e a pertinência da sua aplicação.

De acordo com os TdR, a OIT tem sido um parceiro permanente no apoio técnico às transformações empreendidas nos instrumentos de trabalho, na introdução de novas prestações e novas formas de gestão do sistema de proteção social em Cabo Verde. E refere-se dois projetos ativos da OIT, enquanto parceiro técnico de desenvolvimento, que se complementam, cujo objetivo é, por um lado, o reforço do sistema de proteção social do país – ACTION/Portugal (Fase 2) e, por outro, a Gestão de Finanças Públicas no âmbito da Proteção Social (SP & PFM), onde os presentes TdR integram-se e justificam-se plenamente nos Planos de Atividades dos referidos projetos.

1.1. Enquadramento concetual do estudo

O enquadramento concetual do estudo conduz-nos a uma breve síntese literária sobre a matéria. Com efeito, como se sublinha no estudo do Centro para a Investigação Científica Social da Universidade de de Cape Town “Sistemas de pagamento de transferência de dinheiro na África Subsaariana”¹, os programas de proteção social sob a forma de pagamento das prestações sociais (PPS) tornaram-se num instrumento fundamental nos esforços globais e locais para combater a pobreza e a desigualdade nos países subdesenvolvidos.

A ferramenta de avaliação da iniciativa ISPA (*Inter-Agency Social Protection Assessment*)² oferece um quadro útil para a análise dos mecanismos de pagamento existentes e o desenvolvimento de novos sistemas de pagamento. Propõe três critérios fundamentais que devem orientar a conceção e implementação de sistema de pagamento das prestações sociais, a saber, robustez, acessibilidade e integração.

2.1.1. Instrumentos de pagamento das prestações sociais

A escolha de um ou mais instrumentos de pagamento para um programa específico de PPS deve abordar as considerações gerais de elaboração desses instrumentos na seção anterior, particularmente no que diz respeito à experiência geral do beneficiário e à inclusão financeira. Do ponto de vista da implementação de agências e governos, no entanto, duas outras questões tendem a ser de importância crucial, ou seja, o custo da implementação de um mecanismo de pagamento específico, e seu potencial para lidar com preocupações de fraude, corrupção e vazamento. O custo direto da implementação e manutenção de um sistema de pagamento representa uma parcela significativa dos custos totais do programa. Além dos custos relacionados ao transporte e segurança, os funcionários do programa em sistemas de pagamento baseados em dinheiro geralmente passam vários dias ou até distribuindo dinheiro via pontos de pagamento, causando custos elevados de oportunidade e menores níveis de produtividade.

¹ *Sistemas de pagamento transferência de dinheiro social na África Subsaariana, Lena Gronbach CSSR Working Paper n° 452 maio de 2020.*

² *A ISPA é um conjunto de ferramentas práticas que ajudam os países a melhorar seu sistema de proteção social, analisando seus pontos fortes e fracos. Os países que buscam desenvolver e melhorar seus sistemas de proteção social devem entrar em contato com os parceiros de desenvolvimento relevantes e solicitar apoio para concluir uma avaliação do ISPA.*

Na prática, muitos programas de PPS na África subsaariana adotaram uma abordagem "mista e combinada", combinando vários instrumentos de pagamento dentro ou nos seus programas de PPS. Embora o uso de múltiplos instrumentos de pagamento e provedores adicione complexidade em termos de administração e gestão de programas, a natureza "irregular" da infraestrutura financeira, cobertura de rede e atividade de provedores de pagamento na maioria das economias africanas muitas vezes requer essa abordagem para alcançar o maior número possível de beneficiários. Identificam-se as seguintes categorias de instrumentos de pagamento:

- **Pagamentos em numerário ;**
- **Cartões pré-pagos;**
- **Cartões de débito ou cartões inteligentes totalmente funcionais;**
- **Pagamentos com base em telemóveis (Dinheiro móvel);**
- **Contas de depósito de valor.**

A tendência recente para a digitalização dos pagamentos é, portanto, parcialmente impulsionada pelo desejo de realizar redução de custos, dado o menor custo por transação para pagamentos eletrônicos em relação ao dinheiro, apesar dos custos mais altos de implementação inicial. Outro fator-chave que impulsiona a adoção de pagamentos eletrônicos para PPS é seu potencial para aumentar a transparência e a rastreabilidade, e reduzir fraudes, corrupção e vazamentos associados a transações baseadas em dinheiro.

Em Cabo Verde, o Banco de Cabo Verde promoveu a modernização da legislação sobre o SPCV. Fruto destes desenvolvimentos, o Sistema de Pagamentos em Cabo Verde passou, desde 28 de novembro de 2018, a dispor de um quadro jurídico e legal moderno, facilitador do acesso e exercício das atividades de prestação de serviços de pagamento e de emissão de moeda eletrônica a novas entidades, e garante da sua aceitação entre todos os intervenientes, bem como da sua universalidade social.

2. Objetivos

O objetivo pretendido com a atividade “Mecanismos alternativos de pagamentos das prestações sociais” de efetuar uma análise detalhada dos meios de pagamento utilizados atualmente para o pagamento de prestações sociais no país e uma análise comparada das soluções alternativas disponíveis para o pagamento de prestações sociais, bem como a recomendação quanto às soluções mais adequadas. Pretende-se adotar soluções de pagamento de prestações sociais que sejam rápidas, cómodas e seguras para os beneficiários.

E neste âmbito, o Centro Nacional de Prestações Sociais e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) enquadram a contratação de um/a Consultor/a ou Equipa de Trabalho para realizar a atividade pretendida, relativamente aos mecanismos alternativos de pagamentos de prestações sociais.

3. Atividades da consultoria

No âmbito da consultoria prevê-se o desenvolvimento das seguintes atividades:

- a. Efetuar a análise detalhada das atuais formas de pagamento de prestações sociais, com as suas vantagens e desvantagens na ótica dos beneficiários e da entidade gestora;
- b. Aplicar um inquérito aos beneficiários de prestações sociais com o intuito de conhecer a sua preferência quanto ao meio mais adequado para o recebimento de prestações sociais;
- c. Analisar os mecanismos alternativos disponíveis no país para o pagamento de prestações sociais, espelhando as suas vantagens e desvantagens na ótica dos beneficiários e da entidade gestora, identificando os provedores e seu enquadramento legal/ autorizações/ exigências para atuar no mercado; etc.;
- d. Elaborar os quadros/gráficos pertinentes à análise e disponibilizá-los no final da consultoria;
- e. Efetuar recomendações sobre a(s) solução(ções) alternativa(s) para pagamento de prestações sociais que deve(m) ser adotada(s) pela entidade gestora.

4. Contexto país e quadro setorial institucional

Cabo Verde é um Pequeno Estado Insular de 4.033 km² localizado a 500 km da costa oeste africana, e é constituído por 10 ilhas, das quais nove são habitadas. O país tem uma população estimada de 520 500 habitantes³. Cerca de 66% da população vive nas zonas , sendo a mais alta da África Subsaariana, com uma média de 27%.

O país é pobre em recursos naturais, com um ambiente frágil devido a sua condição de insularidade, e em que se destaca uma forte importância dos produtos do mar (sal, peixes). Não obstante as condições climáticas adversas e a natureza do solo constituírem limitações ao desenvolvimento de atividades agrícolas, o agronegócio é um dos setores a apostar, de acordo com a estratégia nacional do desenvolvimento.

A estrutura do PIB evidencia o perfil da economia de Cabo Verde predominantemente de serviços. A partir dos dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) relativamente ao ano de 2021, confirma-se que o setor primário contribui com 6% na estrutura da economia do país.⁴

³ INE : *Projeções demográficas 2010*

⁴ INE: *Contas nacionais 2021*

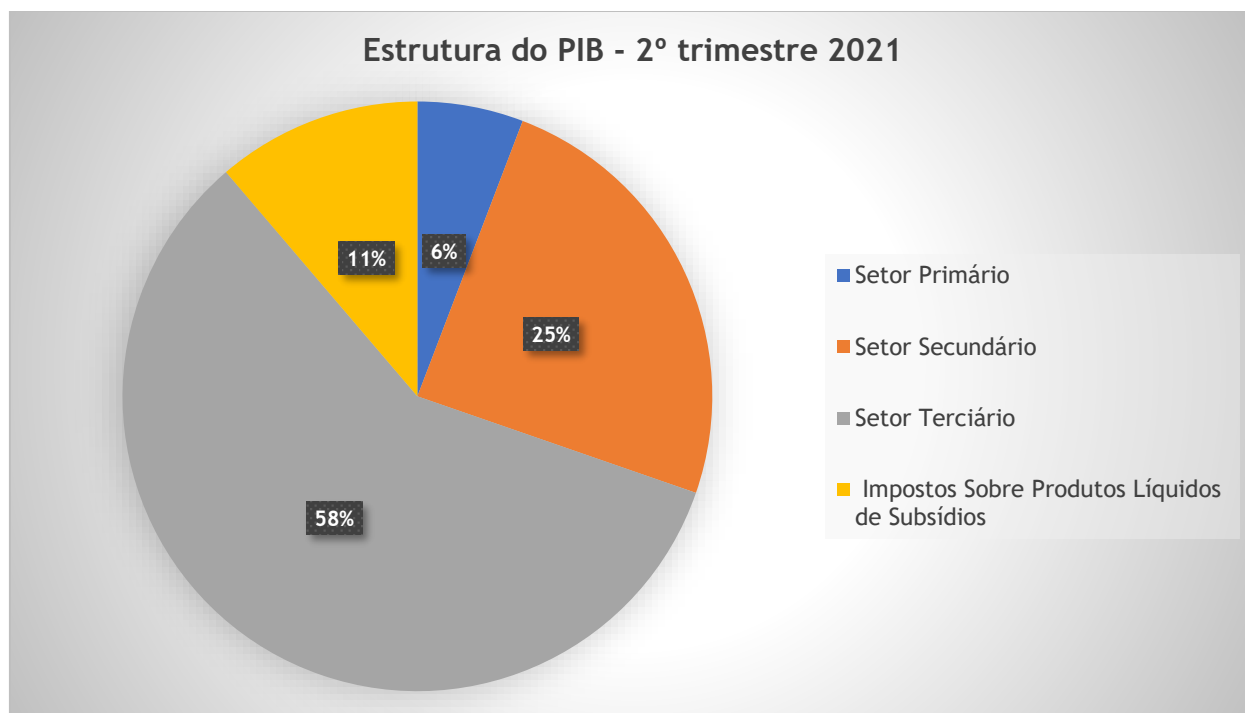


Figura 1: Estrutura da economia de Cabo Verde no segundo trimestre de 2021

Fonte: INE

Da análise da economia cabo-verdiana⁵, considera-se que a baixa contribuição do setor secundário explica-se em parte, pelo fraco investimento na indústria voltado para o consumo interno, bem como pela pequena dimensão do mercado interno e pela fraca atividade industrial voltada para exportação.

O setor terciário representa a maior contribuição no PIB nacional com 58%.

A reduzida população do país, que se distribui por nove ilhas e aproximadamente 85% da população vive atualmente em quatro ilhas: Santiago (56), São Vicente (15%), Antão (7 %) e Fogo (7 %), constitui uma importante condicionante para o crescimento e o desenvolvimento. Essa condição limita economias de escala e cria problemas significativos de conectividade, bem como desafios ao fornecimento de serviços (incluindo energia, água, educação, saúde). Apesar dos desafios associados ao facto de ser uma pequena economia insular, Cabo Verde conheceu um espetacular

⁵ BCV, FMI, GBM e CEDEAO

progresso social e económico entre 1990 e 2008,⁶ Impulsionado sobretudo pelo rápido desenvolvimento de estâncias turísticas, concentradas particularmente no Sal e Boa Vista (62% em 2018).

O crescimento económico desacelerou significativamente no período 2010/2015 (figura 2 seguinte), como resultado do impacto prolongado da crise financeira global. Medidas orçamentais contra cíclicas levaram mais tempo do que previsto para resultar em crescimento, e num quadro de um lento crescimento do PIB e de aumento permanente do *stock* da dívida, o rácio da dívida sobre PIB conheceu fortes aumentos, particularmente a partir de 2011 (cerca de 113,2% em média, de 2011-2019).

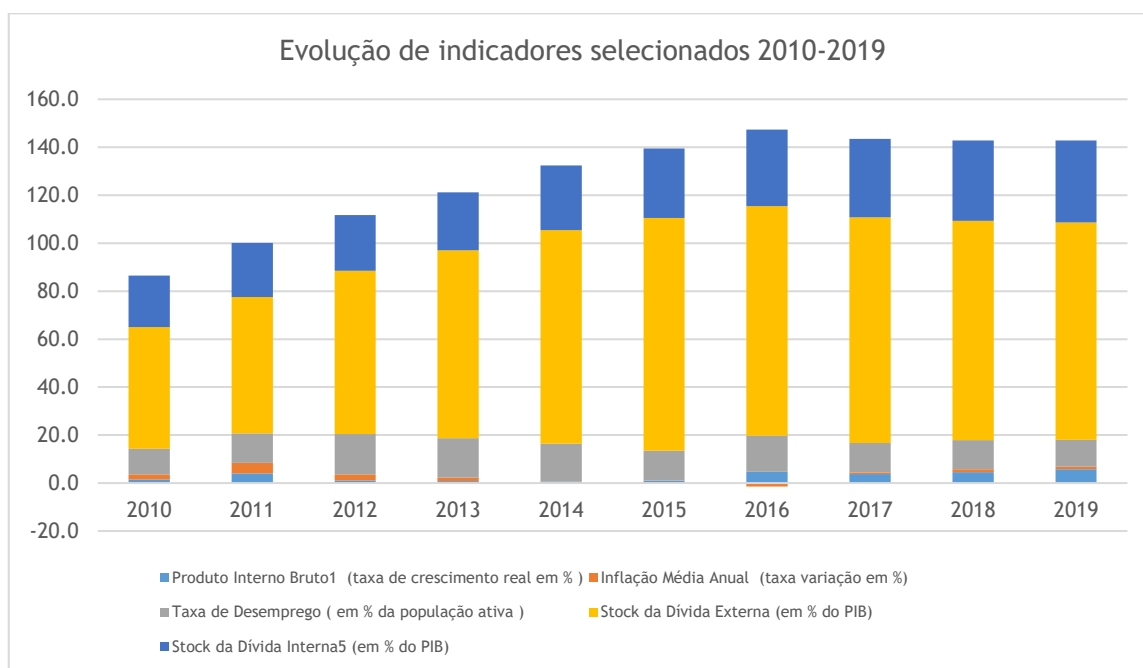


Figura 2: Evolução de indicadores selecionados 2010-2019

Fonte: BCV 2021

De 2016 a 2019 o país volta a registar uma trajetória de crescimento, em média de 4,7% de acordo com os dados do Banco de Cabo Verde.

⁶ Grupo do Banco, 2019, Diagnostico estratégico país: <http://documents1.worldbank.org/curated/pt/320521541698395488/pdf/130289-SCD-REVISED-PORTUGUESE-P159323-PUBLIC.pdf>

Contudo, a dinâmica do crescimento desde 2017 foi invertida pela crise pandémica da Covid 19, que atingiu profundamente o setor motor da economia - o turismo, num quadro de muito fraca diversificação da economia nacional. Contudo, a dinâmica do crescimento desde 2017 foi invertida pela crise pandémica da Covid 19, que atingiu profundamente o setor motor da economia - o turismo, num quadro de muito fraca diversificação da economia nacional. As projeções revistas do Banco de Cabo Verde apontam para uma contração do produto interno em bruto em 2020 de 14 por cento, e aponta também para um crescimento do PIB em volume, de cinco por cento em 2021, desde que garantidos o controle da pandemia a partir do segundo trimestre do ano. Caso contrário, o crescimento económico poderá não ultrapassar os 3 por cento.⁷

A situação veio alertar pela necessidade de maiores esforços na diversificação da economia nacional muito dependente do turismo e das remessas. As cadeias de valor do agro-negócio ligadas a uma industrialização de pequena escala voltada para o mercado interno e externo, como é reconhecido no Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável de Cabo Verde 2016-2021 (PEDS), têm um potencial gerador de empregos e de contribuição no desenvolvimento sustentável do país.

As remessas desempenham um papel importante na redução da pobreza de Cabo Verde e têm sido um fator importante, juntamente com a queda da fertilidade, no declínio da pobreza entre 2007 e 2015. Os emigrantes desempenham um papel importante no desenvolvimento de Cabo Verde através dos recursos financeiros que canalizam para a economia por meio de remessas e investimento estrangeiro. De acordo com dados do Inquérito às Despesas e Receitas Familiares (IDRF) de 2001, mais de um quarto das remessas dos emigrantes é destinado para os 40% mais pobres da população e as remessas como proporção das despesas totais de consumo são muito maiores para esse grupo (11%) do que para os 60% mais ricos (onde as remessas equivalem a apenas 7% das despesas).

⁷ *BCV: Relatório de Política Monetária outubro de 2020*

Apesar do robusto crescimento do PIB de Cabo Verde e da importante redução da pobreza nos últimos 10 anos, 35% da população continua pobre. Com um PIB *per capita* de US\$ 3.290, Cabo Verde continua sendo um dos países com maior desigualdade na África Ocidental e quase 30% dos jovens não trabalham nem estudam. Cerca de 90% dos pobres vivem em quatro das nove ilhas habitadas. A Cidade da Praia abriga 21% dos pobres, seguida pelo interior de Santiago (39%, São Vicente (13%)), Santo Antão (12%) e Fogo (10%).

Quase metade da população rural vive em condições de pobreza. Apesar de a pobreza ter diminuído mais de 20 pontos percentuais nos últimos 15 anos no país (35,2% em 2015, em comparação com 56,8% das áreas rurais de 2001), as áreas rurais experimentaram uma taxa significativamente menor de redução da pobreza do que as áreas urbanas.

O desemprego entre os jovens é alto e crescente, especialmente nas áreas urbanas, entre as mulheres e na Praia. Em 2017, 82% dos desempregados viviam em áreas urbanas e 49% dos jovens urbanos (74% para mulheres) estavam desempregados. O número relativamente alto de abandonos escolares está aumentando a já alta taxa de desemprego entre jovens e informalidade. O desemprego global foi de 12% em 2017 (32% entre os jovens). O desemprego entre os jovens é alto e crescente, especialmente nas áreas urbanas, entre as mulheres e na capital Praia. Em 2017, 82% dos desempregados viviam em áreas urbanas e 49% dos jovens urbanos (74% para mulheres) estavam desempregados.

A pobreza também tem uma dimensão de gênero clara. Dados de pobreza de 2015 mostram que 39% das famílias chefiadas por mulheres eram pobres, em comparação com 31% das chefiadas por homens. A proporção de mulheres empregadas (realiza trabalho remunerado) é menor que a dos homens (45 vs 59% em 2017), mesmo que as disparidades no capital humano sejam menores². Essa diferença é especialmente acentuada em áreas rurais onde apenas 35% das mulheres estão envolvidas em atividades econômicas, em comparação com 57% dos homens. O desemprego entre os jovens também é maior nas mulheres. Mesmo que os direitos das mulheres estejam bem ancorados na lei e a maioria dos cabo-verdanos apoie igualdade de direitos, as normas de gênero existentes que concedem às mulheres responsabilidade quase exclusiva pelas tarefas domésticas, minam a capacidade das mulheres de participarem mais plenamente no mercado de trabalho.

De notar, Cabo Verde foi um dos primeiros países da África a alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). No entanto, o desempenho nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) tem sido desigual. O país pontua particularmente bem em ODS4 (Educação) devido à matrícula e alfabetização do ensino médio, ODS 6 (água potável – menos bem em saneamento) e ODS 13 (Ação Climática, impulsionada pela baixa emissão de CO2). Os maiores desafios do país em termos de atingir as metas de ODS estão no ODS8 (Trabalho Decente e Crescimento Económico), ODS 9 (Inovação e Infraestrutura da Indústria) como os gastos em Pesquisa & Desenvolvimento são baixos, ODS 10 (Desigualdades Reduzidas) e ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis) Crescimento), ODS 9 (Inovação e Infraestrutura da Indústria) como os gastos em Pesquisa & Desenvolvimento são baixos, ODS 10 (Desigualdades Reduzidas) e ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis)

5. A avaliação dos atuais meios de pagamento de prestações sociais e identificação e de mecanismos alternativos disponíveis no país

O presente capítulo é dedicado a avaliação dos atuais meios de pagamento de prestações sociais e identificação de mecanismos alternativos disponíveis. Inicia-se por uma breve apresentação do quadro institucional dos atuais mecanismos de pagamento das prestações sociais e procede-se com uma avaliação que inclui um inquérito aos beneficiários de prestações sociais e preferência quanto ao meio mais adequado para o recebimento de prestações sociais.

5.1. O quadro institucional dos atuais mecanismos de pagamento das prestações sociais

A pensão social é paga através dos Correios de Cabo Verde, desde a sua criação, e, em alguns casos, por via bancária, desde novembro de 2019.

Tanto o RSI do regime normal como o emergencial são pagos através dos bancos, sendo que em casos excepcionais, os beneficiários impossibilitados de receber a prestação por via bancária, são pagos via os Correios. Foi já assinado um protocolo com a MAKEBA e o BAICV para o pagamento de beneficiários do RSI através de telemóveis, como um meio alternativo de pagamento de prestações sociais.

De acordo com o Decreto-Lei 54/2016, o Ministério da Família, Inclusão e Desenvolvimento Social (MFIDS) é a tutela do setor e responsável pela implementação, coordenação de políticas e programas de inclusão social que visam proteger famílias e indivíduos vulneráveis e contribuir para a igualdade de género, bem como a elaboração e implementação de políticas de integração da população imigrante.

Em Cabo Verde, a Proteção Social é um dos direitos fundamentais dos cidadãos e é considerada uma das ferramentas essenciais para o desenvolvimento económico e que garanta a igualdade, da paz e da justiça social. O sistema de proteção social é definido pela Lei nº 131/V/2001, de 22 de janeiro de 2001, que estabelece três regimes diferentes: Rede de segurança, Proteção Social Obrigatória e Proteção Social Complementar.

A Rede de segurança abrange toda a população residente em situação de vulnerabilidade social e económica. A Rede de segurança oferece benefícios em dinheiro ou em espécie e presta apoio social por meio de serviços, equipamentos, programas e projetos. A Direção Geral de Inclusão Social (DGIS) é responsável pela coordenação política da Rede de segurança em articulação com as diferentes instituições, como o Centro Nacional de Prestações Sociais e as Câmaras municipais e têm a responsabilidade de implementação de programas. Os programas de Inclusão Social são importantes. A pensão social beneficia cerca de 23 mil pensionistas. O RSI já beneficiou mais de 20.000 famílias. Mesmo assim a cobertura ainda é insuficiente, face a alta taxa de pobreza no país, que foi agravada pelo contexto da pandemia.

Os gastos totais de Proteção Social em Cabo Verde passaram de 3,7% do PIB em 2010 para 5,3% do PIB em 2017. Esses números colocaram Cabo Verde entre os principais provedores de fundos governamentais em termos de gastos de proteção social na África Subsaariana. A Proteção social é o segundo maior componente dos gastos sociais em Cabo Verde, depois da Educação.

O Sistema de Proteção Social cobria 55% da população total em 2017. Cerca de 33% do total da população beneficia do sistema de seguro social principalmente por meio da assistência à saúde. A cobertura da proteção social da rede de segurança, comumente designado do do regime não contributivo, é de cerca de 22% da população total. No entanto, ainda há uma grande parcela dos pobres que não são cobertos por este regime, especialmente as famílias pobres com membros em idade de trabalho, como podem, os constar junto das Câmmras Municipais contatadas. Ampliar a cobertura das prestações sociais voltadas para os mais pobres e os jovens das áreas rurais é um dos desafios atuais enfrentados pelo Governo de Cabo Verde.

O Governo de Cabo Verde desenvolveu em 2017/2018 um programa de transferência de dinheiro, o Programa Rendimento Social de Inclusão (RSI) cobrindo 4.830⁸ agregados familiares beneficiados pelo Programa. Pretende apoiar as famílias pobres por meio desse programa recém-criado que combinará transferências de dinheiro e acesso à inclusão produtiva e social.

As políticas e programas são desenhados, supervisionados e financiados pelo Orçamento do Estado de Cabo Verde e gerido pelo MFIDS, com a colaboração dos municípios. Os municípios também financiam parcialmente os programas por meio de tributação e outros recursos e, além disso, implementam suas próprias atividades de proteção social não apoiadas pelo MFIS. Essa abordagem descentralizada resultou na proliferação de programas de proteção social nos níveis central e descentralizado.

As atividades de inclusão produtiva são implementadas principalmente pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) ou Organizações Não Governamentais (ONGs) como a MORABI (Associação de Apoio à Auto-Promoção da Mulher no Desenvolvimento), OMCV (Organização

⁸ CNPS

das Mulheres de Cabo Verde OMCV), Citi Habitat, etc. Os municípios também implementam e coordenam diversas atividades de inclusão produtiva e alguns municípios têm programas próprios e centros de formação, O papel dos municípios é principalmente prestar assessoria, apoio financeiro e encaminhar os beneficiários aos programas. As atividades globais de inclusão produtiva têm como alvo principalmente indivíduos extremamente pobres e abrangem diversas áreas como treinamento técnico, profissional e de habilidades de vida, atividades de inclusão económica e empreendedorismo.

Para enfrentar as fraquezas acima mencionadas no setor, o Governo de Cabo Verde, por meio do MFIS, pretende focar em duas intervenções principais: a expansão contínua do Cadastro Social Único (CSU) e a implantação e expansão do Programa RSI. O CSU está a ser pilotado com o apoio de agências da ONU (OIT e UNICEF),

o Banco Mundial através do projeto de inclusão social (*Social Inclusion Project* (P165267) iniciado em 2019, apoia uma abordagem de sistemas em Cabo Verde para aumentar a eficiência (menor fragmentação e mais coordenação) e a efetividade (maior cobertura de domicílios pobres por meio de intervenções adaptadas) do setor de redes de proteção social no país. O Projeto apoia programas liderados pelo governo, incluindo o CSU e o RSI, e apoia sua expansão a nível nacional, fortalecendo as capacidades centrais e locais para a implementação e concessão de apoio financeiro.

5.1.1. Entidade gestora

O **Centro Nacional de Prestações Sociais** (CNPS), criado através da Resolução n.º 6/2006, de 9 de janeiro, reformulado através do Decreto-Lei n.º 46/2020, de 25 de abril, é o organismo público do Estado sob a superintendência do Ministério da Família, Inclusão e Desenvolvimento Social. Este serviço tem por missão a gestão integrada e autónoma das prestações sociais ao nível da rede de segurança, nomeadamente a pensão social, o rendimento social de inclusão e as evacuações. O CNPS, na qualidade de entidade gestora, faz a gestão de prestações sociais de natureza pecuniária, tal como a pensão social, o rendimento social de inclusão, a pensão concedida aos membros das

comunidades emigradas em situação de vulnerabilidade e o subsídio diário pago aos doentes evacuados em tratamento médico em Portugal.

5.1.2. Instituições de prestação de serviços

Correios de Cabo Verde

Os Correios de Cabo Verde (CCV) é uma empresa centenária, com mais de 160 anos de serviço no país, tendo iniciado a sua atividade desde Janeiro de 1849. Onde em 1995, deu-se a cisão dos CTT – EP em duas sociedades anónimas, passando a empresa do setor postal a designar-se por Correios de Cabo Verde, SARL – CCV e a do setor das telecomunicações em Cabo Verde Telecom, SARL.

Ao dotar os CCV do estatuto de sociedade anónima, pretendeu-se, desde logo, muni-la de mecanismos para uma gestão com um grande grau de autonomia de modo a fazer face aos desafios que eram já conhecidos nessa época. Os CCV passam a ter como objeto principal a exploração do serviço público de correios em todo o território nacional e a executar as convenções, acordos e regulamentos internacionais ligados à área dos correios. Tornou-se membro da UPU – União Postal Universal desde 30 de setembro de 1976.

Os Correios de Cabo Verde apresentam-se hoje com um total de 34 lojas e 3 postos de atendimento em todo o país e tem desenvolvido a banca postal com prestações de serviços de transferência de dinheiro da Western Union e da MoneyGram, bem como o acordo de pagamento de prestações sociais do CNPS.

O Protocolo de prestação de serviços de pagamento de pensões sociais do regime não contributivo, bem como outros montantes pecuniários devidamente autorizados designadamente retroativos e subsídio de funeral em todos os concelhos e localidades onde os Correios possuem balcões de atendimento:

- O pagamento mensal no domicílio, aos pensionistas acamados inválidos e doentes que não dispõem de procuradores, e impossibilitados de deslocarem-se às estações dos Correios;

Receção anual de prova de vida dos pensionistas e proceder ao seu envio ao CNPS, bem como recebe e envia documentos, notificações, emissão de declarações e recibos.

- Contrato de prestação de serviços entre o CNPS e o Correios de CV no âmbito do pagamento do rendimento solidário e do rendimento social de inclusão emergencial, geridos pelo CNPS.
- O CNPS contrata os serviços dos Correios de CV, para proceder com a entrega do montante atribuído a das prestações sociais já referidas, diretamente aos beneficiários, e em contapartida O CNPS paga aos CCV a quantia de 120\$00 para cada pagamento.

O histórico de pagamento dos Beneficiários da Pensão Social, através dos correios referente ao mês de Outubro-2021 registou um total de 21.925 beneficiários distribuídos por concelhos como ilustrado no gráfico seguinte:

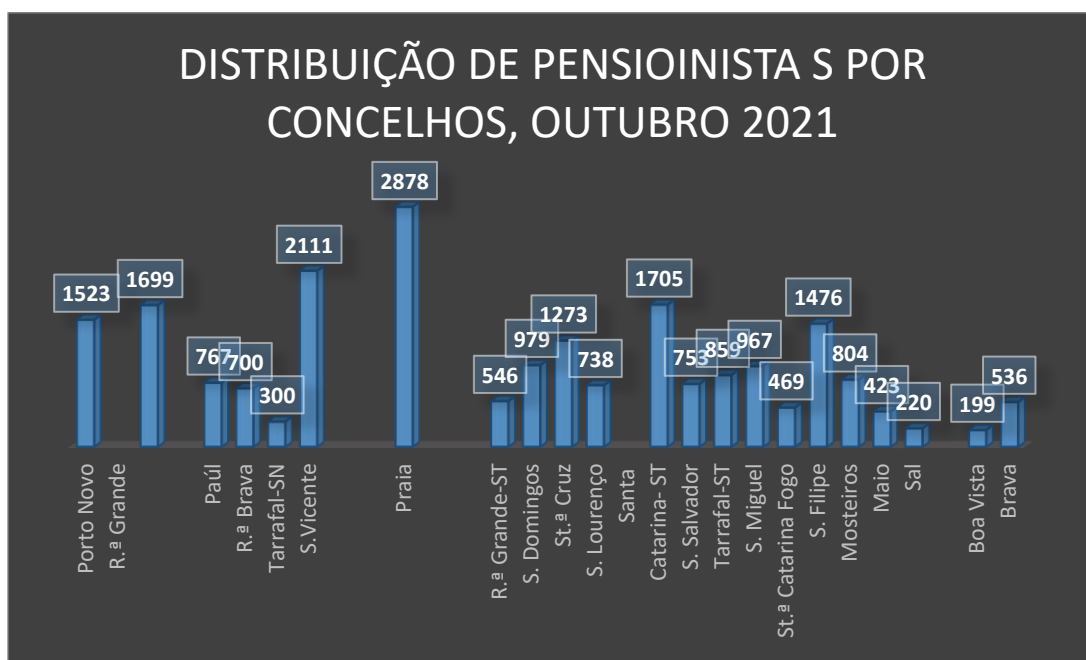


Figura 3: distribuição de pensionistas por concelhos, outubro 2021

Valor Total incluindo despesas

Tabela 1: Valor Total incluindo despesas (em CVE)

Valor ilíquido	Desconto	Liq. a pagar	Despesas	Total
da pensão	(2%) a)		Com Correios	b)
13.1550.000	2.631.000	128.919.000	1.754.000	133.304.000
100%	2%	98%	1%	101%

O custo mensal com o pagamento através dos CCV é de 1.754.000 CVE, correspondente a 1% do total de pagamentos efetuados.

Bancos

O setor financeiro de Cabo Verde é composto por instituições de crédito (bancos e outras instituições habilitadas por lei); instituições de crédito especial (cooperativas de crédito e bancos de poupança); instituições não bancárias; companhias de seguros e a Bolsa de Valores.

O sistema bancário é pequeno: sete instituições de crédito operam no país e o número de agências bancárias e agências tem sido estável nos últimos anos. Em 2017, o Novo Banco foi retirado do mercado. As operações bancárias ainda estão concentradas em duas principais instituições (BCA e Caixa Económica) que controlam cerca de 70% do mercado.

No mercado operam 7 bancos comerciais, como seguem:

- a. BANCO BAI CABO VERDE, S.A. - (ANTERIORMENTE DENOMINADO BANCO ANGOLANO DE INVESTIMENTOS CABO VERDE, S.A.);
- b. BANCO CABOVERDIANO DE NEGÓCIOS, S.A.;
- c. BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.;

- d. CAIXA ECONÓMICA DE CABO VERDE, S.A.;
- e. ECOBANK CABO VERDE, S.A.;
- f. BANCO INTERATLÂNTICO, S.A.;
- g. BANCO INTERNACIONAL DE CABO VERDE.

Os bancos de maior vocação no atendimento de famílias e clientes de baixa renda são o BCA, CECV e o BCN, de acordo com as carteiras de clientes que apresenta nos respectivos relatórios.

O Banco Comercial do Atlântico (BCA) Fundado em 1993, é um dos maiores bancos do país, com presença nos 22 municípios (30 agências e 4 escritórios comerciais, 61 caixas eletrônicas, 6 máquinas de depósito e 2.059 PDV). Entre seus múltiplos clientes, o BCA trabalha com INPS na entrega de pensões contributivos à população com exposição relativamente baixa ao setor financeiro [o INPS detém 12,5% do BCA]. As pensões podem ser transferidas por meio de contas bancárias individuais ou através de cheques que são sacados nas agências bancárias. Os requisitos para abrir uma conta bancária no BCA são ter um documento de identidade válida e um saldo mínimo (CEV 5.000). O banco não cobra pelo primeiro cartão bancário. As substituições de cartão custam 500 CEV. Os cheques têm um custo de CEV 50/25. As transações bancárias não têm custo para o cliente.

O BCA está trabalhando para tirar clientes das agências e redirecioná-los para canais alternativos de pagamentos e transferências eletrônicas.

A **Caixa Económica de Cabo Verde (CECV)**, foi criada em 1928 como "Caixa Postal" dentro dos Correios e sob a autoridade do Ministério das Telecomunicações. Em 1985, a Caixa foi transformada numa instituição financeira autónoma chamada Caixa Económica de Cabo Verde, sob o controle do Ministério das Finanças. Em 1993, a Caixa passou de empresa pública para sociedade anónima, o que permitiu a sua participação no sistema financeiro como banco universal. O INPS detém 32,7% e os Correios 15,14% das ações da Caixa. Atualmente, a Caixa possui 31 agências e opera em parceria com os Correios que atuam como agentes bancários da Caixa. 30% das caixas eletrônicas do país, e aproximadamente 40% dos cartões são de propriedade da Caixa.

Desde sua criação, a Caixa tem a vocação de atender famílias e clientes de baixa renda. Administra o Fundo Mútuo do CNPS e esteve em negociação para desenhar um instrumento de pagamento para pagar pensões sociais que não avançou devido aos altos custos do investimento. Na operação piloto do RSI, a Caixa abriu contas bancárias para famílias beneficiárias que não possuíam conta bancária, sem custo. Além disso, a Caixa possui um programa de microcrédito para financiar pequenos empreendedores. Entre os custos que a Caixa cobra dos beneficiários estão os cartões, transações bancárias (se mais de 2 por mês) e transferências interbancárias. A Caixa está comprometida com a inclusão financeira, uma vez que responde à vocação do banco. As dificuldades que identificam no atendimento de famílias pobres são baixa alfabetização (financeira), dispersão (que introduz alto custo pessoal para as famílias) e baixos incentivos para economizar seu dinheiro ou manter parte de suas transferências para a conta bancária.

O Banco Cabo-verdiano de Negócios. O Banco teve a sua origem em Cabo Verde pela primeira vez em 1996, quando um banco português, Totta & Açores, abriu uma filial na Praia. Em 2003, a filial tornou-se um banco sob o nome BTCV. Em 2004, o banco tornou-se o único 100% privado e cabo-verdiano. Em 2005 mudou seu nome para BCN. O BCN é o quarto maior banco do país, com cobertura nos 22 municípios e nas 9 ilhas habitadas. Até 2015, possuía 17 filiais, 24 caixas eletrônicas, 534 POS e 5% dos cartões ativos da rede vinti4. De acordo com informações fornecidas pelas autoridades do BCN, o banco está a trabalhar numa estratégia para adequar sua operação às necessidades e demandas da economia de CV, especialmente no segmento de microfinanças. O BCN tem um acordo com a IFC para desenvolver um projeto de serviços de desenvolvimento financeiro para clientes de baixa renda, especialmente mulheres.

O BCN, juntamente com o SISP, estão a trabalhar na exploração de novos mecanismos de transferência de dinheiro para populações de baixa renda (mesmo que não clientes bancários), ou seja, cartões inteligentes que ajudam a reduzir custos tanto para bancos quanto para clientes. Além disso, eles estão a trabalhar na introdução de micro-seguros. O Banco também um projeto com a Cruz Vermelha para transferir dinheiro para beneficiários de programas humanitários. Os desafios que o BCN identifica para trabalhar com clientes de baixa renda incluem distância das famílias para pontos de pagamento, baixa renda descartável (que limita os beneficiários de ter um

saldo mínimo que são importantes para bancos menores como a BCN), e uma regulação financeira que não reflete nem as características do país nem a dinâmica do setor.

5.1.3. Camaras Municipais e outros parceiros

As câmaras municipais no quadro das suas competências de proteção e promoção social – identificação das necessidades de protecção e apoio a grupos vulneráveis, funcionam como os primeiros pontos focais para resolver reivindicações dos beneficiários. Elas participam na gestão do Cadastro Social Único e colaboram com o Govreno central para implementação de políticas . O CSU constitui o principal instrumento de mapeamento social e que permite, não só ao Governo, como às demais instituições que intervêm na proteção social, um maior conhecimento sobre a situação da pobreza no país, para melhor planeamento das políticas públicas e medidas de combate à pobreza.

6. Inquérito aos beneficiários de prestações sociais e preferência quanto ao meio mais adequado para o recebimento de prestações sociais

Atualmente os pagamentos das prestações socais são efetuados através dos CCV no essencial e através dos seus postos nos concelhos e nos postos de pagamentos nas localidades distantes dos centros urbanos, como indica a tabela 1 de pagamento das pensões socais do mês de outubro último em anexo. A mesma tabela acusa um total de 21. 925 beneficiários dessas pensões, distribuidos por concelhos conforme quadro abaixo.

Tabela 2: pagamento das pensões socais do mês de outubro 2021

Concelhos	Estações dos	Nº
	Correios	Registos
Porto Novo	PORTO NOVO	1523
R.º Grande	R.º Grande	1699

Paúl	PAUL	767
R.ª Brava	RIBEIRA BRAVA	700
Tarrafal-SN	TARRAFAL S.N	300
		2111
S.Vicente	MINDELO	
Praia	Praia	2878
R.ª Grande-ST	CIDADE VELHA	546
S. Domingos	S.DOMINGOS	979
St.ª Cruz	PEDRA BADEJO	1273
S. Lourenço	ORGAOS	738
	S.CATARINA	1705
Santa Catarina- ST		
S. Salvador	PICOS	753
Tarrafal-ST	TARRAFAL ST	859
S. Miguel	CALHETA	967
St.ª Catarina Fogo	COVA FIGUEIRA	469
S. Filipe	S.FILIFE	1476
Mosteiros	MOSTEIROS	804
Maio	MAIO	423
Sal	ESPARGOS	201
	S.MARIA	19
Boa Vista	SAL REI	199
Brava	NOVA SINTRA	536
	TOTAL	21925

No quadro do estudo realizaram-se inquéritos diretos aos beneficiários nos concelhos da Praia (30), Santa Catarina em Santiago (25), Santra Cruz (20) e Tarrafal em Santiago (20), e em modo remoto, em Porto Novo (15, em São Vicente (30) e em São Filipe (15), cobrindo um total de 155 inqueridos. Os inquéritos visavam avaliar a satisfação e a preferência dos beneficiários de prestações sociais quanto ao meio mais adequado para o recebimento dessas prestações.

A tabela 3 seguinte dos inqueridos da pensão social indica que 28% da amostra recebe no local e sem custos de transportes, sendo os restantes com um custo de deslocações de 100 escudos em média. Quanto aos meios, 94% recebem pelos Correios e 6% através da CECV. A bancarização é quase nula nos beneficiários da pensão social, com uma taxa de apenas 11%. De onde se compreende que 88% dos inqueridos preferem receber em casa e apenas 12% através de bancos.

Dos inqueridos da pensão social 64% são do sexo feminino e 50% usam telemóvel, estando em condições de aceder às plataformas de pagamentos eletrónicos (recorde-se aqui que nos países da

UEMOA funcionam soluções de pagamentos e transferências de dinheiro fornecidas pelas fornecedoras de serviços de telemóveis à toda à população).

Tabela 3: inqueritos a beneficiarios das pensões sociais

	Inqueridos	No local	Custo deslocação	Meios		Cont bancaria	Melhor satisfação		Genero		Telemóvel
							Receber em casa	Banco	F	M	
			em CVE	Correios	CECV						
Praia	30	4	100	28	2	3	27	3	20	10	16
São vicente	30	9	90	27	3	5	20	10	16	14	20
Santa Catarina Santiago	25	5	120	24	1	2	24	1	15	10	10
Santa Cruz	20	2	80	20	0	1	20	0	16	4	8
Tarrafal	20	3	100	20	0	1	20	0	15	5	7
Porto Novo	15	5	150	12	3	3	12	3	8	7	8
São filipe	15	15		14	1	2	14	1	9	6	9
Total	155	43		145	10	17	137	18	99	56	78
		28%		94%	6%	11%	88%	12%	64%	36%	50%

A tabela seguinte dos inquiridos do RSI indica que 100% dos beneficiários tem conta bancária e recebem por essa via, sendo maioria (75%) da CECV.

Dos inquiridos do RSI 61% são do sexo femenino e 82% usam telemóvel,

Tabela 4: Inquéritos a beneficiarios de RSI

	Inqueridos	No local	Banco	Meios		Cont bancaria	Melhor satisfação	Bancos	Genero		Telemovel

				Corr eios	Ban cos		Receb er em casa	Ban co	CE CV	BC A	B AI	BC N	F	M	
Praia	20		20		20	20		20	15	3	2		13	7	18
São vicente	20		20		20	20		20	12	5	3		12	8	20
Santa Catarin a Santiag o	20		20		20	20		20	17	2		1	14	6	15
Santa Cruz	15		15		15	15		15	12	2	0	1	9	6	12
Tarrafal	15		15		15	15		15	14	1	0		8	7	10
Porto Novo	15		15		15	15		15	12	3	0		9	6	12
São filipe	15		15		15	15		15	9	3	3		8	7	11
Total	120	0	120	0	120	120	0	120	91	19	8	2	73	47	98
		0%	100%	0%	100%	100%	0%	100%	76%	16%	7%	2%	61%	39%	82%

Globalmente os beneficiários estão satisfeitos com a forma como recebem as prestações, mas preferem não ter nenhum custo no seu recebimento (transportes, para os que deslocam ao local de pagamento e outros encargos).

No geral temos uma clientela de poucos rendimentos, de um elevado nível de iliteracia, da terceira idade (> 60 anos), com dificuldade de mobilidade (condição física e distância).

Análise dos mecanismos alternativos disponíveis no país para o pagamento de prestações sociais

Nesse ponto serão analisados os mecanismos alternativos no país para pagamento de prestações sociais. Proceder-se-á assim a uma breve caracterização do sistema de pagamentos, análise dos mecanismos alternativos e outros para o pagamento de prestações sociais que podem ser disponibilizados ao mercado, propostas e protocolo de mecanismos alternativos de pagamento de prestações sociais apresentados ao CNPS e a apresentação das vantagens e desvantagens das atuais formas de pagamento de prestações sociais e das soluções alternativas,

7.1. Sistema de Pagamentos Cabo-Verdiano

Uma avaliação da evolução temporal da informação estatística agregada, relativa à utilização dos instrumentos de pagamentos, com a descrição dos factos mais relevantes sobre as transações ocorridas nos sistemas de compensação e de liquidação, do Banco de Cabo Verde em 2020, mostra que o Sistema de Pagamentos assumiu, mais do que nunca, o seu papel fulcral na estabilidade da economia, ao assegurar as transações entre os agentes económicos e ao permitirem uma adequada implementação das medidas de política monetária, em tempos de pandemia.

Regista o “Relatório do Sistema de Pagamentos Cabo-verdiano – 2020” do BCV que do total das operações realizadas com instrumentos de pagamento no país, 86,4% foram efetuadas com cartões, o que corresponde a 25.541.865 transações, no valor de 91.275,0 milhões de escudos. Esta evolução reflete-se na curva descendente do rácio “preferência pela moeda do Banco Central” que reforça a constatação de preferência dos cabo-verdianos pelo uso dos instrumentos de pagamento eletrónicos.

As operações processadas através do SICIL registaram decréscimos de 4,8%, em quantidade e de 18,9%, em valor, quando comparado com o ano anterior, o que corresponde a uma quebra global dos processamentos efetuados (28.008.768 operações, no valor de 289.236,1 milhões de escudos, em 2019, para 26.665.124 operações, no valor de 234.500,6 milhões de escudos, em 2020).

Na esfera da regulamentação, o BCV prosseguiu com a regulamentação do pacote legislativo para o Sistema de Pagamentos Cabo-verdiano, em novembro de 2018, destacando-se o Aviso n.º 8/2020, de 26 de outubro, que estabelece os princípios orientadores e requisitos mínimos que os sistemas de pagamentos de retalho, a operar no país, devem observar para garantir a interoperabilidade entre os mesmos.

No âmbito do cumprimento da missão de Superintendência, o ano foi de consolidação da metodologia de Avaliação das Infraestruturas de Mercado Financeiro e o processo de condução da atividade avaliação, com destaque para a avaliação da infraestrutura “rede vinti4”.

No exercício das atividades de superintendência, o BCV encarrega-se, ainda, da centralização da informação reportada pelas instituições de crédito, quanto ao uso indevido do cheque. Em 2020, passaram a ter cadastro na de Central de Incidentes Cheques (CIC) mais 95 utilizadores, o que representa um decréscimo de 50% relativamente a 2019, evolução que se justifica pela suspensão das atividades da CIC durante o Estado de Emergência decretado devido a pandemia da Covid-19.

Na perspetiva do desenvolvimento e modernização do sistema, a reflexão sobre o dinheiro físico e a sua continuidade, ou não, da sua utilização, numa era em que as chamadas *cashless societies* são muito debatidas a nível internacional. Numa outra perspetiva, também, se propõe uma reflexão sobre, como a transformação digital pode contribuir para a inclusão financeira das populações, com um olhar específico para Cabo Verde. A transformação digital continua, assim, na agenda do Banco de Cabo Verde, mormente, quando o contexto de pandemia impõe distanciamento social e instiga as sociedades a se reinventarem.

O Sistema de Pagamentos Cabo-Verdiano (SPC) é composto pelo (i) Sistema de Gestão de Depósitos e Liquidação (SGDL), gerido e operado pelo Banco de Cabo Verde (BCV), (ii) três sistemas de compensação, correspondentes aos diferentes instrumentos de pagamento (cheques, transferências a crédito e cartões de pagamentos), que constituem o Sistema Integrado de Compensação Interbancária e Liquidação (SICIL), gerido pelo BCV e operado pela Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamento (SISP), (iii) Sistema de Gestão de Mercados e Ativos (SIGMA), gerido e operado pelo BCV e (iv) Sistema Centralizado de Liquidação e Custódia de Valores Mobiliários, gerido e operado pela Bolsa de Valores de Cabo Verde.

O BCV, atendendo à classificação das Infraestruturas de Mercado Financeiro (IMF), divulgada pelo Bank for International Settlements (BIS), identificou três tipos de IMF em funcionamento no país: (i) Sistemas de Pagamentos, onde se enquadra o SGDL, enquanto sistema de pagamentos de grande montante, bem como os sistemas de compensação de Cheques e Documentos Afins, de Transferência Eletrónica de Fundos a Crédito e de operações processadas através da rede vinti4, enquanto sistemas de pagamento de retalho; (ii) Sistemas de Liquidação de Títulos,

designadamente o SIGMA e o Sistema Centralizado de Liquidação e Custódia de Valores Mobiliários, que constituem sistemas periféricos que efetuam a liquidação financeira no SGDL e que se enquadram, simultaneamente, na categoria de (iii) Centrais de Depósito de Títulos.

Nos últimos anos, atendendo à proeminência dos pagamentos através de dispositivos eletrónicos, aos desafios e oportunidades que proporcionam aos intervenientes no SPCV, o Banco de Cabo Verde promoveu a modernização da legislação sobre o SPCV. Fruto destes desenvolvimentos, o Sistema de Pagamentos em Cabo Verde passou, desde 28 de novembro de 2018, a dispor de um quadro jurídico e legal moderno, facilitador do acesso e exercício das atividades de prestação de serviços de pagamento e de emissão de moeda eletrónica a novas entidades, e garante da sua aceitação entre todos os intervenientes, bem como da sua universalidade social.

Assim, para além dos 8 bancos comerciais que operam no mercado, os CCV e várias instituições de microfinanças e e ONG em condições de prestar serviços de pagamentos se posicionam para prestação de serviços de pagamentos. O CNPS recebeu de alguns operadores propostas de prestações de serviços de pagamento das prestações sociais que passamos a apresentar.

Os bancos constituem o principal elemento do sistema de pagamentos e estão no centro dos interfaces dos demais operadores do sistema. Os principais bancos são o BCA, a CECV, o BCN, o BI e o BAICV.

Os 2 principais bancos estão em todos os concelhos do país, com a particularidade da CECV que está em alguns concelhos através da Rede dos Correios. Os cinco primeiros bancos estão nas principais praças como Praia, S.Vicente, Santa Catraina, Sal e São Filipe. Nos 22 municípios regista-se presença de pelo menos um banco. Analisando por regiões, há evidências de que a região sul do país possui mais agências bancárias, concentrando-se nessas áreas com maior densidade populacional. A Praia, que abriga o maior número de habitantes, também abriga o maior número de agências bancárias (32,5% do total de agências do país e 69,1% das da ilha de Santiago.

Segundo o Banco de Cabo Verde, em média, há 19 caixas eletrónicas por ilha e 8 por município. Praia tem quase um caixa eletrónico por 2.600 pessoas, enquanto São Vicente tem um por 4.000.

Destinos mais turísticos como Sal e Boa Vista têm um caixa eletrónico por 1.100 e 1.300 pessoas, respectivamente. No entanto, é importante destacar que, seguindo as tendências internacionais, a maioria das instituições bancárias está fazendo esforços para "tirar as pessoas dos balcões", incentivando os clientes a fazer transações usando caixas eletrónicas, bem como online. Portanto, a criação do POS tem conhecido um importante aumento nos últimos anos, refletindo um nível encorajador de aceitação, tanto por usuários de cartões quanto por estabelecimentos comerciais.

Em relação aos meios de pagamento, o dinheiro continua sendo o meio de pagamento mais utilizado, embora exista uma tendência sustentada de uso de instrumentos alternativos, particularmente cartões e transferências intra e interbancárias. A disponibilidade dos cartões Vinti4, emitidos pelo SISP, tem tido um impacto importante no uso de serviços bancários por diferentes segmentos da população, não apenas para sacar dinheiro, mas também para outros tipos de transações, como transferências, pagamentos de serviços, pagamentos em rede móvel e pagamentos de POS.

Em Cabo Verde, o Sistema Interbancário de Compensação foi criado em 1995 para facilitar a compensação de uma grande quantidade de pagamentos de baixo valor e risco limitado com o objetivo de tornar o sistema de pagamento mais dinâmico. O Sistema de Compensação Interbancária inclui três subsistemas principais: Compensação de Cheques e Documentos Relacionados, Transferências Eletrónicas e a rede Vinti4. Cada subsistema possui diferentes processamentos de dados e formatos a serem observados pelos participantes na transferência de informações, de acordo com as especificações técnicas estabelecidas nos manuais.

As regras de funcionamento do Serviço Interbancário de Compensação estão estabelecidas nos regulamentos do Sistema Integrado interbancário de Compensação e Liquidação (SICIL) emitidos pelo Banco de Cabo Verde. Os participantes da SICIL utilizam a Rede Interbancária e Sistemas de Pagamentos (SISP) para transferir transações cujas informações, uma vez processadas, são encaminhadas às diversas autoridades envolvidas, participantes e ao Banco de Cabo Verde, que liquida os saldos.

O SISP foi criado em 1999 pelo Banco Central como parte da estratégia de modernizar os sistemas de pagamentos no arquipélago, bem como melhorar as transações para cidadãos e visitantes. O principal objetivo do SISP é promover meios eletrônicos de pagamento através da criação de uma rede interbancária (Red vinti4).

Inicialmente, o SISP começou com operações simples como balanço, solicitação de cheque, alteração de PIN. Em 2000, o SISP instalou os primeiros caixas eletrônicos vinti4 nos principais centros urbanos. Em 2002, o SISP conseguiu se conectar à Visa International, que introduziu mudanças tecnológicas e serviços, incluindo taxas de tempo aéreo, transferências interbancárias e pagamentos de serviços. Em 2004, o SISP emitiu os primeiros cartões VISA vinti4 e mais tarde lança o Televinti4, como um mecanismo que permite pagamentos através de telefones celulares. Em 2008, a rede MasterCard é aprovada na rede vinti4, incluindo caixas eletrônicos e PDV. Hoje, os SISP têm uma importante rede de 185 caixas eletrônicos, 6400 PDVS, mais de 292.000 usuários e quase 27 milhões de transações por ano.

A disponibilidade dos cartões de pagamento Vinti4 teve forte impacto no sistema bancário nacional e bons níveis de aceitação pela população com acesso a serviços bancários, o que se traduz num crescimento significativo, tanto no número de cartões produzidos quanto no volume e valor das transações feitas.

Em relação à rede POS, o SISP compra as máquinas e as aluga aos operadores (por uma taxa mensal de CEV 1.300). A maioria dos titulares de POS são operadores do setor de distribuição, estabelecimentos de serviços e hotéis. Diferentemente das caixas eletrônicas, o SISP não possui informações de geo-referência sobre POS, mas como estão associados a um endereço, isso pode servir como base para identificar a sua localização real. No entanto, aparentemente há algumas questões de confiabilidade dos dados cadastrais. Por outro lado, os dados do SISP ainda não são totalmente interoperáveis com as bases de dados do Ministério das Finanças, mas é algo em que estão trabalhando. O SISP também oferece POS para pequenos vendedores (ou seja, táxis, pequenas lojas).

Atualmente, o SISP está a trabalhar na identificação de soluções de pagamento para pessoas não bancarizadas (ou seja, pensionistas do CNPS), possivelmente utilizando operadoras de rede móvel (Unitel+, CVMóvel) e não o sistema bancário. A ideia é reduzir os custos financeiros para os usuários, uma vez que o custo associado do sistema bancário é tipicamente maior.

6.2. Os mecanismos alternativos para o pagamento de prestações sociais disponíveis no mercado

Os mecanismos alternativos para o pagamento de prestações sociais que podem ser disponibilizados são os já referidos no enquadramento conceptual e que passamos a desenvolver :

Pagamentos em numerário

A utilização de sistemas de pagamentos de prestações sociais (SPPS) baseados em numerário – geralmente uma característica dos esquemas de SPPS piloto ou *ad-hoc* – permanece generalizado em todo o continente, e é o que se passa em Cabo Verde. O desembolso manual em dinheiro geralmente exige que o beneficiário (ou seu indicado) se desloque a um ponto de pagamento designado numa data e hora designadas para receber o pagamento. Essa abordagem é típica para sistemas de pagamento internos, com funcionários do programa ou das câmaras municipais – ou, prestações de serviços pelas instituições como correios e bancos e, em alguns casos, líderes comunitários ou voluntários – entregando dinheiro físico aos beneficiários depois de recolher o dinheiro de um banco ou escritório do agências governamentais e transportá-lo para o ponto de pagamento.

A principal vantagem dos pagamentos baseados em dinheiro está nos seus baixos custos de inicialização e relativa facilidade de implementação através do uso de redes existentes ou membros da comunidade. Assim, transferências diretas de dinheiro são muitas vezes preferidas nas fases iniciais ou piloto de um programa, ou em situações de emergência.

É um meio de pagamento já utilizado também Cabo Verde e o consideramos no mecanismo alternativo de pagamento

Cartões pré-pagos

Cartões de pagamento pré-pagos fornecem acesso a mercadorias ou serviços pré-definidos e geralmente podem ser utilizados em lojas designadas ou em feiras e mercados. Podem servir para retirar dinheiro nos ATM ou usados para comprar determinados bens ou serviços. Esse tipo de instrumento de pagamento é mais comumente utilizado em intervenções humanitárias ou respostas de emergência, muitas vezes como uma alternativa à alimentação direta ou à ajuda em espécie.

O principal benefício dos cartões pré-pagos reside na necessidade relativamente limitada de *hardware* e tecnologia, pois apenas os fornecedores participantes precisam estar equipados com os dispositivos necessários. As desvantagens, no entanto, incluem a necessidade de conectividade de rede móvel, a necessidade de reeditar constantemente novos *vouchers* e a falta de vínculos com o sistema nacional de pagamento ou outras intervenções sociais, tornando este instrumento mais adequado para auxílios de emergência de curto prazo e pilotos de transferência de dinheiro de pequena escala.

Cartões de débito e cartões inteligentes

Em comparação com cartões pré-pagos simples, os cartões de débito de leituras magnéticas são um instrumento de pagamento mais versátil e mais usado e têm conhecido crescente popularidade nos pagamentos das prestações sociais. Esses cartões protegidos por PIN podem ser usados em caixas eletrônicos ou dispositivos POS e contêm uma faixa magnética na qual as informações pessoais do titular do cartão são armazenadas.

Como geralmente estão vinculados a uma conta, os cartões de débito possuem um potencial considerável de inclusão financeira e da prestação de serviços financeiros adicionais. No entanto, os cartões de débito tradicionais não suportam verificação biométrica e geralmente exigem conectividade de rede para processar transações.

Os cartões inteligentes são o tipo mais sofisticado de cartão de pagamento e geralmente são usados em combinação com um recurso de verificação de identidade biométrica, como impressões digitais. O cartão contém um *chip* no qual várias camadas de informações podem ser armazenadas, e que é capaz de registar o histórico completo de transações do proprietário do cartão. Esse recurso permite realizar transações off-line em áreas ou sem conectividade de rede e conciliar a conta com o banco de dados central posteriormente.

Dinheiro móvel

O dinheiro móvel pode ser definido como um serviço financeiro que conta com o telemóvel para transferir dinheiro, acessar fundos ou fazer pagamentos. Inicialmente um instrumento para pagamentos de pessoa para pessoa, como remessas ou pequenas transações comerciais informais, os provedores de dinheiro móvel estão a adicionar cada vez mais outros serviços financeiros ao seu portfólio. A plataforma evoluiu para um conjunto abrangente de serviços financeiros, incluindo transferências de dinheiro, pagamentos de contas, pagamentos de salários, microempresas, microseguros e até serviços de saúde.

Em Cabo Verde protocolo assinado com a MAKEBA e o BAICV é um exemplo da plataforma. Trata-se efetivamente de uma aplicação informática destinada a dispositivos móveis com sistema operativos iOS ou Android, licenciado pelo BAICV para prestação de serviços de pagamentos digitais a clientes, que permite a confirmação e autenticação das Transações ou Transferências MAKEBA através da introdução de um código na aplicação e assegura a transmissão de dados necessários a que a Transação ou a Transferência MAKEBA se completem.

Também, o trabalho que o SISP tem feito na identificação de soluções de pagamento para pessoas não bancarizadas, perspectiva uma plataforma de pagamento online com recurso aos operadores de serviço de telefonia móvel.

Contas de depósito de valor

A prestação de uma conta de "depósito de valor" na qual a transferência de dinheiro é paga, é uma característica cada vez mais comum dos sistemas de pagamento modernos. Como apontam vários estudos, a importância da propriedade da conta como um primeiro passo para o acesso a outros serviços financeiros, esse recurso é de particular importância em termos de objetivos adicionais de inclusão financeira.

Em termos de funcionalidade, uma conta de valor é geralmente semelhante a uma conta bancária básica, e muitos países optaram por um modelo de pagamento das prestações sociais baseado em conta bancária. No entanto, uma conta de depósito de valor não precisa necessariamente ser domiciliada num banco, mas também pode ser oferecida por uma entidade financeira não bancária ou mesmo por uma plataforma de dinheiro móvel. Muitos programas optaram por fornecer contas gratuitamente aos beneficiários, e alguns até abrem as contas em nome dos beneficiários, a fim de reduzir a carga administrativa e financeira sobre os beneficiários e garantir a implementação suave do mecanismo de pagamento.

6.3. Propostas e protocolo de mecanismos alternativos de pagamento de prestações sociais apresentados

A nível do mercado, todos os bancos comerciais se mostram interessados na prestação do serviço de pagamentos de pensões sociais havendo já propostas nesse sentido da Caixa Económica e Cabo Verde (CECV), da ECOBANK Cabo Verde, da Wari e do BAI através do MAKEBA.

6.3.1. Desenvolvimento cartão vinti4 pré-pago CNPS com a CECV

A CECV propõe uma conta cartão, com carregamento imediato e que permite consultas de saldos e levantamentos.

O custo da operação comporta uma proposta de de faturação ao CNPS com seguintes rubricas:

- Investimento Inicial do projeto de 15.120.000 CVE;

- Despesas Mensal: • c/ aplicação do ficheiro pela Caixa 4.200.000\$ • Via CaixaNet – Despesas Gratuitas;
- Despesas Adicionais: Anuidade: 10.836.000 CVE e Renovação trienal: 4.284.000 CVE.

6.3.2. ECOBANK- proposta de serviços bancários Centro Nacional de Pensões Sociais - CNPS Praia – Santiago Cabo Verde Setembro, 2020

A Ecobank avançou uma proposta de serviços bancários incluindo soluções de pagamentos e gestão de liquidez na sua rede bancária. Além disso, neste documento, destaca-se o modelo de negócio regional e internacional .

Segue abaixo as razões pelas quais o Ecobank acredita ser um parceiro ideal para o Centro Nacional de Pensões Sociais - CNPS:

- Compromisso com a qualidade nos serviços prestados aos clientes: Gestores de Contas Globais, Regionais e Locais, que gerenciam as relações com os clientes, presencial e a distância a fim de garantir a satisfação das necessidades e expectativa dos mesmos. O Ecobank está disposto a desenvolver em conjunto com o Centro Nacional de Pensões Sociais - CNPS as métricas apropriadas para garantir um relacionamento estável.
- Compromisso com investimento nos canais eletrônicos: Continuar a investir nas infraestruturas e ofertas dos produtos que permitem focar nos fornecimentos de soluções que atendem às necessidades dos clientes e liderar o mercado. A oferta de produtos inovadores permitem a personalização e a padronização das soluções para atender as necessidades dos Clientes.
- Preços competitivos e transparentes: O Ecobank oferece preços e condições extremamente competitivos em toda a Região.
- Reconhecimento dos serviços prestados pelo Setor Bancário: o objetivo é ser reconhecido como um Banco líder na África, conforme evidenciado por alguns dos recentes prêmios. Foi reconhecido pela sua capacidade eficiente e eficaz na qualidade de serviços de transação, inclusive recebeu diversos prêmios de prestígio.

6.3.3. Proposta de serviços de pagamento de pensões na rede Wari; A Wari é uma plataforma digital de serviços financeiros e não financeiros dirigidos ao grande público.

Com uma rede de mais de 500.000 pontos de venda diretos e parceiros em no Mundo inteiro, a Wari tem presença em mais de 60 países e é um vetor de transações entre as populações chegando a 1.000.000 de transações diárias na plataforma.

Graças à sua plataforma digital inovadora, a Wari agrupa produtos e serviços de múltiplos parceiros (bancos, empresas de serviços, instituições públicas e privadas, escolas, etc), oferecendo assim ao grande público, uma vasta gama de serviços do quotidiano: pagamentos de faturas de água, eletricidade, telefone, internet, pensões, impostos, propinas e taxas escolares, entre outros, de forma inovadora e confortável: através de telemóveis, internet, etc.

Os clientes podem assim, aceder aos seus serviços em horários convenientes, incluindo sábados e domingos, sem filas nem custos de deslocação.

Por outro lado, com este modelo, a Wari contribui para o desenvolvimento da economia local, dando a oportunidade a pequenos negócios de trazerem os seus espaços físicos e recursos materiais e humanos ao serviço das suas comunidades, ganhando assim com a diversificação dos seus serviços, a possibilidade de atrair mais clientela e possibilidade de rendimentos extra. O objetivo da Wari é o de promover a inclusão financeira e social através do seu ecossistema.

6.3.4. MAKEBA Serviço de Pagamento

O CNPS assinou, em 17 de maio de 2021, um procolo com o MAKEBA e o BAICV para prestação de serviço de pagamentos digitais aos beneficiários do RSI.

O Banco BAI Cabo Verde, em parceria com a Makeba, Inc., trouxe para Cabo Verde um serviço de pagamentos rápido e seguro, que neste contexto de pandemia, ajuda na diminuição dos riscos de contágio, por permitir efetuar pagamentos sem qualquer contacto físico entre os intervenientes.

A aplicação Makeba é uma plataforma de pagamentos, através do telemóvel, que permite empresas, particulares e comerciantes efetuarem pagamentos e transferências de dinheiro, com rapidez e segurança. A plataforma permite fazer pagamentos nos distribuidores, transportes, pagamentos de DUC, carregamentos de telemóvel, levantamentos e depósitos de dinheiro no BAI Cabo Verde ou nos operadores credenciados. Permite ainda, receber a pensão social (pensionistas) e fazer transferências de e para contas bancárias.

Os depósitos efectuados no Makeba estão protegidos pelo Banco BAI Cabo Verde

6.3.5. Síntese das condições contratuais e propostas

A avaliação dos atuais meios de pagamento de prestações sociais e identificação e dos mecanismos alternativos de pagamento disponíveis no país.

Tabela 5: avaliação dos atuais meios de pagamento de prestações sociais

Instituições meios de pagamentos	Custo	Acessibilidade e comodidade	Cobertura nacional	Segurança da operação	Experiência no mercado para clientela	Experiência em aplicativos pagamento e transferência de dinheiro
Correios CV	80 CVE	Pagamento presencial nos Postos dos CCV	Todos os concelhos do país	Risco de deslocação a zonas de alguma insegurança	Longa	Experiência com Western Union e MoneyGram
Bancos	Manutenção contas e taxa transferência	Maioria não tem conta bancária	BCA e CECV todos os concelhos	Risco de deslocação aos bancos	CECV com maior experiência	Experiência com Western Union e MoneyGram, MAKEBA e banca eletrónica

Identificação e dos mecanismos alternativos de pagamento propostos no país

Tabela 6: Identificação e dos mecanismos alternativos de pagamento propostos no país

Instituições meias de pagamentos	Custo	Acessibilidade e comodidade	Cobertura nacional	Segurança da operação	Experiência no mercado para clientela	Experiência em aplicativos pagamento e transferência de dinheiro
CECV	Investimento elevado e mensalidade e 4.200.000 (190 CVE por transação)	Bom nível	Total física e online	Nível sistema bancário	Longa	Da banca eletrônica
ECOBANK	70 CVE por transação (1540000 CVE)	Bom nível	Parcial física Total online	Nível sistema bancário	curta	Da banca eletrônica
Rede wari	65 CVE por transação (1.430.000)	Apenas online	Total online	Da plataforma e riscos associados	inicial	Dinheiro móvel e transferências rápidas de dinheiro
BAI/Makeba	1%	Online	Parcial física e totalonline	Nível sistema bancário Nível sistema bancário	nova	Da banca eletrônica Dinheiro móvel

Retomamos a avaliação do Banco Mundial feita em outubro de 2018 no trabalho *Payments delivery of non-contributory cash transfers in Cabo Verde* para reforçar a avaliação.

Tabela 7: Avaliação de mecanismos de de pagamentos na perspectiva dos beneficiários

Avaliação de mecanismos de de pagamentos na perspectiva dos beneficiários				
Critério	Sub-critério	Descrição das considerações	RSI	Proteção social
1. Acessibilidade	Custo	Os pontos de acesso ao pagamento estão próximos de suas casas e podem facilmente acessar o pagamento? Os beneficiários têm que incorrer em alto custo pessoal para acessar pontos de pagamento?	Os pontos de pagamento foram determinados por bancos e incluíam agências e caixas eletrônicos. Não há informações sobre o tempo de deslocação dos beneficiários aos pontos de pagamento, portanto não há elementos que confirmem o processamento neste particular. Será benéfico cruzar a localização dos	Os Correios de CV conta com 37 lojas e escritórios para realizar os pagamentos. Algumas vezes, também podem pagar nas câmaras municipais para reduzir o tempo de viagem dos beneficiários. Além disso, o Correios possui uma unidade móvel que desloca a diferentes municípios.

			beneficiários em relação aos pontos de pagamento.	
Adequação	<p>Os pontos de pagamento são adequados em relação às necessidades dos grupos-alvo, incluindo os pobres, idosos, analfabetos, mulheres e deficientes?</p> <p>Os beneficiários são treinados no uso do mecanismo de pagamento e é claramente comunicado a eles quando e como recolher os pagamentos?</p>	<p>Não havia pontos de pagamento destinados aos os beneficiários do programa. Os bancos ofereceram as suas infraestruturas existentes. Não há informações sobre como os bancos acomodam o serviço a grupos vulneráveis.</p> <p>Os beneficiários receberam informações gerais pelas câmeras sobre o programa (que eram responsáveis pelo direcionamento, elegibilidade e coleta de informações sobre contas bancárias). Não havia um módulo de comunicação específico sobre pagamentos.</p>	<p>De acordo com as informações recolhidas, os Correios tendem a ficar lotados em dias de pagamentos que geram muito tempo para os aposentados. Os beneficiários não têm necessariamente lugares adequados para sentar ou esperar pelo pagamento. Por se tratar de uma transferência regular, a maioria dos beneficiários tem informações sobre dias, locais e valor a ser recolhido. Não parece haver um módulo de comunicação para este programa.</p>	
Direitos e dignidade	<p>Os beneficiários têm liberdade de escolha , são capazes de selecionar mecanismo de pagamento preferido?</p> <p>Existem queixas e mecanismo de reparação para questões de pagamento?</p> <p>Há beneficiários usando infraestrutura de pagamento? Estão a ter privacidade nas suas transações?</p>	<p>Os beneficiários não tiveram escolha. Eles foram pagos através de suas contas bancária existente.</p> <p>Se não têm contas bancarias, tinham que abrir uma conta na Caixa Econômica para acessar o benefício.</p> <p>O programa não tinha um mecanismo de gestão de risco.</p> <p>Não há informações sobre como o pagamento foi tratado pelo Banco</p>	<p>Não há escolha para os beneficiários. O mecanismo foi decidido pelas autoridades governamentais.</p> <p>O programa não tem um mecanismo de Gestão de Riscos , mas um ponto focal dos Correios é responsável por canalizar reclamações para as partes relevantes.</p> <p>Os pensionistas têm acesso à infraestrutura dos correios e têm privacidade limitada ao coletar seus pagamentos.</p>	

6.4. Apresentação das vantagens e desvantagens das atuais formas de pagamento de prestações sociais e das soluções alternativas,

Os desenvolvimentos precedentes nos permite agora apresentar uma avaliação das vantagens e desvantagens das atuais formas de pagamento de prestações sociais e das soluções alternativas, na ótica dos beneficiários e na ótica da entidade gestora, incluindo questões de segurança, todos os custos associados, possibilidade de fraude, necessidade de equipamentos pessoais como uma determinada gama de telemóvel, necessidade de deslocação das pessoas e seu custo respetivo, meios de pagamento já praticados por outras instituições públicas, etc..

Utilizamos a matriz de avaliação seguinte com uma pontuação máxima de 5 para melhor resposta pelo critério e mínimo 1 para pior resposta pelo critério.

Tabela 8: Matriz de avaliação das formas de pagamento

Formas de pagamento de prestações sociais e das soluções alternativas	Critérios de avaliação											
	segurança		Todos os custos associados		possibilidade de fraude,		necessidade de equipamentos pessoais como uma determinada gama de telemóvel,		Necessidade de deslocação das pessoas e seu custo respetivo		Meios de pagamento por outras instituições	
	Na ótica do Benef	Na ótica da Ent. Gestora	Na ótica do Benef	Na ótica da Ent. Gestora	Na ótica do Benef	Na ótica da Ent. Gestora	Na ótica do Benef	Na ótica da Ent. Gestora	Na ótica do Benef	Na ótica da Ent. Gestora	Na ótica do Benef	Na ótica da Ent. Gestora
Pagamentos em numerário, CCV	4	4	4	4	4	4			4	5	4	4
Pagamentos em numerário, Bancos	5	5	4	4	5	5			3	4	4	4
Cartões pré-pagos.	4	4	4	5	4	5	4	5	5	5	4	
Cartões de débito e cartões inteligentes	5	5	4	5	4	5	4	5	5	5	4	4
Dinheiro móvel Solução BAI MAKEBA	4	5	4	4	4	4	4	5	5	5	5	5
Dinheiro móvel/Solução SISP	5	5	4	4	5	5	5	5	5	5	4	4
Contas de depósito de valor	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	3	3
	4.6	4.7	4.1	4.4	4.4	4.7	3.1	3.6	4.6	4.9	4.0	4.0

Em termos globais, partindo da média das pontuações por critério os mecanismo melhores posicionados seriam por ordem de classificações:

- a. Contas de depósito de valor;
- b. Dinheiro móvel/Solução SIS;
- c. Cartões de débito e cartões inteligentes;
- d. Dinheiro móvel Solução BAI MAKEBA .

Também em termos da média por critério, na ótica de beneficiários e da entidade gestora essas 4 modalidades dariam alta satisfação a todos.

Note-se que as Contas de depósito de valor, apesar de se posicionar na primeira linha e os bancos estarem em condições de a oferecer, não tem histórico no país e nem houve uma proposta no sentido.

7. Considerações e recomendações sobre a(s) solução(ções) alternativa(s) para pagamento de prestações sociais que deve(m) ser adotada(s) pela entidade gestora

A pandemia de COVID-19 teve um forte impacto na vida de vários setores da economia, mas calcula-se como sendo o mais profundo o que se verificou no ecossistema de pagamentos. Com os operadores a correrem em massa para o *online* e os consumidores a apostarem fortemente nas compras à distância, no espaço de apenas alguns meses, as novas tendências no domínio dos pagamentos que apresentavam taxas de penetração lentas, mas seguras, sofreram uma aceleração repentina tornando-se líderes de mercado.

Ainda que, como se espera, a pandemia desapareça, nada voltará a ser como antes. De acordo, com o *Global Findex database*⁹ o futuro será pautado pela continuidade das tendências que emergiram no ano passado, mas, tendo em conta a incerteza trazida pela pandemia, é expectável que estas evoluam no sentido da inovação e da digitalização no domínio dos pagamentos. O caminho a seguir e todas as tendências apontam pela bancarização e inclusão financeira, digitalização e prevenção de fraudes, com destaque para:

- **Adopção de pagamentos online;**
- **Prevenção de fraudes e a experiência do cliente;**
- **Superaplicações e QR (resposta rápida) continuam em crescimento;**
- **Autenticação forte entra em ação.**

Nessa perspetiva e considerando a especialidade de Cabo Verde e dos seus beneficiários das prestações sociais, são recomendáveis medidas que promovam a bancarização e inclusão financeira, digitalização e prevenção de fraudes.

Como conclui o estudo do Banco Mundial, *Payments delivery of non—contributory cash transfer in Cabo Verde*, o país possui um sistema financeiro pequeno, mas robusto, que está a se adaptar

⁹ *Social cash transfer payment systems in sub-Saharan Africa* Lena Gronbach CSSR Working Paper No. 452 May 2020

rapidamente às novas tecnologias e tendências internacionais de mercado. De acordo ainda com a mesma fonte, uma avaliação do Sistema de pagamentos das prestações sociais confirma a existência da maioria das condições necessárias para a implementação de mecanismos de pagamento digital centrados nas necessidades e características dos beneficiários. Pelo seu porte, o país possui um número razoável de instituições bancárias que trabalham sob a regulamentação do Banco Central.

O Mercado regista uma rede de caixas eletrônicas para cobrir grande parte da população, um bom funcionamento do mercado financeiro e uma grande penetração no mercado de instrumentos de pagamento escritural ou eletrónico. O país acusa um alto nível de bancarização, e recentemente um importante desenvolvimento de pagamentos digitais. Apesar dessas boas características, há evidências de que a maioria dos serviços bancários estão concentrados nas áreas mais populosas e turísticas, deixando para trás áreas remotas, e ainda há trabalho a ser feito em termos de introdução de reformas regulatórias e operacionais que permitam formas inovadoras e de baixo custo de pagamentos que poderiam ser particularmente boas para atender populações de baixo rendimento.

As informações recolhidas sobre o acesso aos serviços bancários por grupos de renda, confirmam que a população-alvo de programas sociais não contributivos não é ainda coberta. Por outro lado, constata-se, a existência de outros potenciais prestadores de serviços de pagamentos, como instituições de microfinanças ou operadores de transferências de dinheiro e ONG, em condições para prestação desses serviços, talvez com produtos personalizados para grupos de baixa renda.

Há pois espaço para melhorias quanto aos mecanismos de pagamentos de prestações sociais. Nas prestações sociais (a maior transferência de dinheiro não contributiva), os Correios entregam manualmente pagamentos com alguns riscos na identificação de beneficiários que muitas vezes se fazem representar por procuradores. Como ambos os beneficiários são geridos pelo CNPS, apresentam uma oportunidade de ganhos mútuos para os dois programas e para criar sinergias e melhorar a eficiência e a eficácia.

Neste sentido, importa assinalar que uma melhoria louvável do programa RSI foi a introdução de transferências individuais diretas utilizando o sistema bancário. Quando devidamente

implementada, essa modalidade tem potencial para contribuir para a inclusão financeira, incluindo o acesso a uma variedade de serviços financeiros, ao mesmo tempo que reduz a transação e os custos financeiros da contratação de um único pagamento.

Para o melhoramento do mecanismo será necessário identificar famílias desbancarizadas e de difícil acesso ao sistema e personalizar soluções de pagamento (pagamento ao domicílio, como os correios já fazem em alguns casos) que respondam às suas necessidades, sendo recomendável também criar incentivos para que os bancos considerem os beneficiários da Rede de segurança como uma parte de "cliente-alvo" e desenvolvam serviços direcionados.

Por outro lado os dois programas devem trabalhar no sentido de adoção de medidas para ter uma melhor gestão (interna) dos pagamentos, que inclui ações como: i) manter a perenidade do calendário de pagamentos para ambos os beneficiários, ii) preparar e implementar um Manual de Pagamentos para os programas existentes, esclarecer os mecanismos de gestão (e manter seguro) as listas de beneficiários, fornecer informações sobre pagamentos às famílias, efetuar pagamentos em pontos existentes (incluindo a entrega de algum tipo de recibo para as famílias), e reportar de volta à gestão central (incluindo o processo adequado para fecho de caixa e conciliação de pagamentos), e iii) introduzir mecanismos para garantir comunicações bem direcionadas às famílias.

É fundamental também que o Sistema de informação projetado para o programa tenha um módulo de pagamentos flexível que mantenha o programa dados de quem está a receber o que, quando e onde, mas também que seja capaz de acomodar-se a possíveis inovações de pagamentos. E será importante garantir que as regras de autenticação de identidade sejam realmente aplicadas pelas instituições de pagamento para garantir que os benefícios sejam reivindicados pelas pessoas corretas.

A atual situação no país aconselha também um trabalho no sentido da introdução de sistemas de pagamento digital inovadores (ou seja, pagamentos móveis). A CVTelecom, a Unitel T+ e o SISP estão a trabalhar na concepção desses mecanismos de pagamento e o Banco Central vem

desenvolvendo o quadro regulatória para sistemas eletrónicos de pagamento. Também a Unitel T+, bancos como BCN, BAI e Ecobank e os CECV estão a trabalhar na concepção de mecanismos de pagamento inovadores para clientes de baixa renda, como se pode verificar nas propostas e o procolo assinado com CNPS.

A análise dos mecanismos alternativos e outros para o pagamento de prestações sociais que podem ser disponibilizados permitiu identificar as principais modalidades possíveis de implementação no mercado:

- **Pagamentos em numerário;**
- **Cartões pré-pagos;**
- **Cartões de débito ou cartões inteligentes totalmente funcionais;**
- **Pagamentos com base em telemóveis (Dinheiro móvel);**
- **Contas de depósito de valor.**

Uma avaliação das vantagens e desvantagens das atuais formas de pagamento de prestações sociais e das soluções alternativas, na ótica dos beneficiários e na ótica da entidade gestora, pelos criterios de segurança, custos associados, possibilidade de fraude, necessidade de equipamentos pessoais, necessidade de deslocação das pessoas e seu custo respetivo, recomendam prioridades às modalidades seguintes:

- a. Contas de depósito de valor;
- b. Dinheiro móvel/Solução SISP;
- c. Cartões de débito e cartões inteligentes;
- d. Dinheiro móvel - Solução BAI MAKEBA.

As Contas de depósito de valor, apesar de se posicionar na primeira linha e os bancos estarem em condições de a oferecer, não tem histórico no país e nem houve uma proposta no sentido.

Pelo exposto o país deve alinhar-se no sentido do desenvolvimento de um mecanismo de pagamento que permita a escolha do beneficiários em que a opção de pagamento escolhida deve:

- garantir acessibilidade para o agregado familiar (pontos de pagamento próximos e amigáveis às famílias, receber um tratamento decente,
- ser robusto, ou seja, oferecer condições claras de pagamento (calendários e manuais de pagamento, sistemas de autenticação beneficiários, conciliação de pagamentos, monitoramento, mecanismos de comunicação e reclamações e reclamações, entre outros) e
- facilitar a inclusão financeira dos beneficiários e contribuir para a harmonização dos sistemas de pagamento de proteção social de cobertura nacional.

8. Anexos

9.1. Lista dos principais projetos e contatos:

- **Centro Nacional de Prestações Sociais**
- Associação Profissional das Instituições de Microfinanças de Cabo Verde;
- Banco Africano de Investimento Cabo Verde;
- Banco Cabo Verdiano de Negócios;
- Banco Comercial do Atlântico;
- Banco de Cabo Verde;
- Banco Interatlântico;
- Câmaras Municipais (Santa Catarina em Santiago, São Filipe na Ilha do Fogo, Ribeira Grande em Santo Antão, Santa Cruz, Tarafal em Santiago, Maio);
- CECV - Caixa Económica de Cabo Verde;
- Correios de Cabo Verde;
- Direção Geral do Tesouro;
- Ecobank Cabo Verde;
- Grupos de contato de beneficiários selecionados;
- MAKEBA;
- SISP - Sociedade Interbancária de Sistemas de Pagamentos.

9.2. Documentos de referência

- *“Payments delivery of non-contributory cash transfers in Cabo Verde”*;
- **Centro Nacional de Prestações Sociais (CNPS)**- Decreto Lei 46/2020 de 25 e abril;
- Correios de Cabo Verde - CCV, Contrato de prestação de serviço no âmbito do pagamento do rendimento solidário e do rendimento social de inclusão emergencial geridos pelo CNPS;
- Desenvolvimento cartão Vinti-4 pré-pago - CNPS elaborado por: DOP / GMKT / DIC;
- Documentos de enquadramento dos principais parceiros de Cabo Verde (BAD, Grupo Banco Mundial, Grupo de Parceiros de Apoio Orçamental);

- ECOBANK- PROPOSTA DE SERVIÇOS BANCÁRIOS Centro Nacional de Pensões Sociais - CNPS Praia – Santiago Cabo Verde Setembro, 2020;
- *Interagency Social Protection Assessment (ISPA)* (www.ispatools.org/payments);
- Lei nº 38/VIII/2013, de 7 agosto;
- O Rendimento Social de Inclusão (RSI)/Decreto-Lei nº 41/2020, de 2 de abril;
- Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável;
- Programa do Governo;
- Proposta de serviços de pagamento de pensões na rede Wari;
- Protocolo CNPS e Correios e de Cabo Verde de Prestação de serviços relativos às pensões sociais do regime não contributivo.

Com os nossos melhores cumprimentos.

José Agnelo Sanches